

AS VOZES E FORÇAS ILOCUCIONÁRIAS NA ANÁLISE PRAGMÁTICA DOS RELATOS JORNALÍSTICOS

*VOICES AND ILLOCUTIONARY
FORCES IN THE PRAGMATIC
ANALYSIS OF JOURNALISTIC
REPORTS*

Naiara Longhi Maia

nailonghi@hotmail.com

Mestre em Comunicação pela
Universidade Federal do Paraná

32

RESUMO

Neste artigo, buscamos mostrar como os conceitos de forças ilocucionárias (AUSTIN, 1990) e vozes (MEY, 2000) podem ser utilizados para a construção de um percurso metodológico para a análise pragmática dos relatos jornalísticos, tendo como pano de fundo a perspectiva da pragmática social, em que os usos linguísticos realizados pelos falantes são entendidos como uma ação. A proposta metodológica que apresentamos é parte de um estudo mais amplo, que analisa os usos de linguagem realizados pelo jornal *Gazeta do Povo* (Curitiba/PR) na cobertura jornalística dada ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR) entre os anos de 2008 e 2014 (MAIA, 2016). O jornalista é encarado como um falante e também como um personagem-narrador, que desempenha papel central dentro de uma formação societal específica, que é o campo jornalístico. Desta formação societal resultam as notícias e reportagens, textos que não são formados unicamente pela voz do jornalista, mas também pelas vozes de outros falantes, que auxiliam na construção dos relatos sobre a realidade. A análise pragmática do fazer jornalístico que propomos leva a uma reflexão mais profunda sobre a prática jornalística como uma ação social, capaz de produzir efeitos na realidade em que a atividade acontece.

PALAVRAS-CHAVE: Pragmática Social. Forças Ilocucionárias. Vozes. Relato Jornalístico.

ABSTRACT

*In this article, we seek to show how the concepts of illocutionary forces (AUSTIN, 1990) and voices (MEY, 2000) can be used for the construction of a methodological approach to the pragmatic analysis of journalistic reports with the background of the social pragmatics, in which the language uses made by speakers are understood as an action. The methodology that we present is part of a larger study which analyzes the language uses made by the newspaper *Gazeta do Povo* (Curitiba / PR) in the news coverage given to the Federal Institute of Education, Science and Technology of Paraná (IFPR) between the years of 2008 and 2014 (MAIA, 2016). The journalist is seen as a speaker and as a character, who plays a central role in a specific societal formation - the journalistic field. This societal formation results in the news and reports, texts, that are not formed solely by the journalist's voice, but also the voices of other speakers which help in the construction of reports about reality. The pragmatic analysis we propose leads to a deeper reflection of the journalistic practice as a social action, capable of producing effects in the reality in which the activity takes place.*

KEYWORDS: Social Pragmatics. Illocutionary Forces. Voices. Journalistic Reports.

Introdução

Neste trabalho, buscamos mostrar como os conceitos de forças ilocucionárias (AUSTIN, 1990) e de vozes (MEY, 2000) podem ser utilizados para a construção de uma abordagem teórico-metodológica voltada à análise pragmática dos textos jornalísticos. Em um primeiro momento, o leitor conhecerá os conceitos de performativo, atos de fala e forças ilocucionárias, centrais no pensamento do filósofo inglês John L. Austin, que influenciou profundamente o desenvolvimento dos estudos da linguagem ordinária e da pragmática social. Em seguida, apresentamos parte dos aspectos teóricos e metodológicos do estudo que deu origem a este artigo – a pesquisa que realiza uma análise pragmática dos relatos jornalísticos sobre o Instituto Federal do Paraná (IFPR), produzidos e veiculados pelo jornal Gazeta do Povo entre os anos de 2008 e 2014 (MAIA, 2016) –, com o intuito de indicar como os conceitos de vozes e forças ilocucionárias se articulam na análise dos usos de linguagem que jornalistas e fontes de informação realizam nos textos jornalísticos.

A pragmática é a disciplina que observa “como a linguagem é usada pelas pessoas reais, para seus próprios fins e dentro de suas limitações” (MEY, 1993, p. 5, tradução nossa). Ao contrário de outras vertentes dos estudos linguísticos, em que a validade de um proferimento é avaliada conforme os aspectos formais de uma língua ou os sentidos que uma frase adquire e sua correlação com a realidade, a pragmática avalia as formas de uso da linguagem, admitindo sempre que o usuário é consciente das escolhas linguísticas que faz. Conforme Mey (1993, p. 7, tradução nossa), “a pragmática é necessária se queremos uma consideração mais am-

pla, profunda e geralmente mais razoável do comportamento da linguagem humana. Muitas vezes, na verdade, a perspectiva pragmática é a única possível”.

Para falar de uma pragmática social, que não separa a língua e os usos linguísticos do contexto social em que se dão estes usos, é preciso voltar aos primórdios da constituição da própria linguística, no século XIX, e da profunda influência que o positivismo lógico teve sobre esta disciplina. Nos estudos linguísticos que se deram neste período, toda ênfase estava no indivíduo – o falante individual –, e na forma como ele adquiria a linguagem. “Houve uma forte tendência entre os linguistas a reificar a linguagem e vê-la como um fenômeno puramente mental, e, como tal, atributo de um único indivíduo já existente, por assim dizer, em um estado idílico pré-social ou anterior à queda de Adão” (RAJAGOPALAN, 2010, p. 32). À sociedade era reservado um caráter secundário, sendo ela o “pano de fundo contra o qual o indivíduo é escolhido para ser focalizado” (RAJAGOPALAN, 2010, p. 34).

Por muito tempo, a pragmática foi uma espécie de lata de lixo da linguística, para onde iam os casos que nem a sintaxe nem a semântica poderiam dar conta.

A divisão tripartida da teoria dos signos em sintaxe, semântica e pragmática tem levado muitos estudiosos incautos a concluir que a sintaxe é crucial, ou, se quiserem, o verdadeiro núcleo duro da linguística, com uma progressiva diminuição do rigor e da coerência interna na passagem da sintaxe para a semântica e a pragmática (RAJAGOPALAN, 2010, p. 38).

O olhar pejorativo, no entanto, não era novo: já havia sido utilizado pelo linguista e filósofo israelense Yehoshua Bar-Hilel,

que nos anos 1950 classificou a própria semântica como a lata de lixo da sintaxe.

A partir dos anos 1950, com as mudanças nas perspectivas que orientavam as ciências de uma forma geral, os linguistas passaram a se interessar pelo que tinha sido relegado à lata de lixo. Considerações sobre o que permite que as enunciações façam sentido, nas mais diferentes e inusitadas situações, levaram os pragmaticistas a acreditarem que havia muito mais acontecendo na forma como as pessoas usavam a linguagem do que conceberam os semânticos ou filósofos inspirados pela lógica positivista. “Por que as pessoas dizem certas coisas em uma determinada situação? O que as pessoas estão tentando fazer com a linguagem? Como as pessoas cooperam em uma conversação?”. Eram questões como estas que continuavam sem respostas e incomodavam aqueles que olhavam a língua nas suas situações reais de uso.

Cada vez mais, tornou-se evidente para estes linguistas que não podemos realmente dizer nada sobre os efeitos que a linguagem tem sem entrar nos detalhes do que diz respeito ao que motiva as pessoas a usarem a linguagem, e, quando eles consideram seu uso da linguagem como bem-sucedido, quando não (MEY, 1993, p. 14, tradução nossa).

Rajagopalan (1996) destaca o papel primordial que a Filosofia Analítica desempenhou no florescimento da “questão pragmática”. Nos anos 1930, a Universidade de Oxford foi o palco de nascimento do movimento “Filosofia da Linguagem Ordinária”, que fazia oposição à lógica positivista e tinha na figura de John L. Austin seu maior expoente. O pensamento do filósofo inglês teve especial participação na formulação do que hoje se conhece como vertente social da pragmática, fazendo com que ela se destacas-

se da sua área de origem e constituísse uma área autônoma, voltada a observar os usos linguísticos como ação dentro do contexto social em que se dão.

Nos últimos anos, há um movimento, por parte dos próprios pragmaticistas, de repensar a contribuição da pragmática para o entendimento dos usos que se dão à linguagem. “Uma das principais teses é a de que nosso uso da linguagem cimenta os interesses dominantes de nossa sociedade, ajudando a oprimir um grande segmento da população” (MEY, 1985 apud RAJAGOPALAN, 2010, p. 40).

Performativo, atos de fala e forças ilocucionárias: por dentro da obra “Quando dizer é fazer”, de John L. Austin

No ano de 1955, o filósofo inglês John Langshaw Austin proferiu uma série de 12 conferências em Harvard, onde apresentou os conceitos revolucionários de performativo e força ilocucionária, que viriam a se tornar os expoentes da sua obra. As anotações de Austin resultaram no livro *How to do things with words*, publicado postumamente em 1962.

Austin questionou as correntes que observavam a linguagem a partir do positivismo lógico, como uma instância de produção de afirmações sobre a realidade, que poderiam ser julgadas de acordo com a sua veracidade ou falsidade do ponto de vista gramático ou lógico. “Este ponto de vista da linguagem é denominado ‘a falácia descritiva’: a suposição equivocada de que o uso da linguagem é essencialmente constativo, visando à produção de declarações verdadeiras ou falsas” (LOXLEY, 2007, p. 7, tradução nossa). Na realidade, Austin jogou luz sobre

a reflexão que já vinha sendo feita por outros estudiosos da linguagem e da filosofia, como seus próprios colegas, ligados à Filosofia Analítica da Escola de Oxford, e o filósofo alemão Ludwig Wittgenstein: a linguagem também poderia ser utilizada para outras funções – perguntar, fazer exclamações ou até mesmo dar ordens – que não apenas realizar afirmações e relatos sobre o mundo. Para Austin, estas exceções às regras da lógica apresentavam características próprias, já que não se limitavam a descrever ou reportar a realidade, mas, sim, estabeleciam-se como uma “expressão linguística que não consiste, ou não consiste, apenas, em dizer algo, mas em fazer algo, não sendo um relato verdadeiro ou falso sobre alguma coisa” (AUSTIN, 1990, p. 38). A esta característica o filósofo deu o nome de performativo.

Paulo Ottoni (1998) explica que as reflexões de Austin sobre a linguagem humana partem de uma visão performativa da linguagem, que permeia toda a obra do filósofo inglês e que evolui conforme avança seu trabalho. De fato, esta característica de pensamento em construção e em constante processo de análise pode ser percebida na obra *Quando dizer é fazer* – palavras e ações, em que todo o esforço para distinguir performativos e constativos é abandonado, ao final da conferência de número 7, quando o estudioso percebe que é inútil diferenciar os dois tipos de enunciação, já que toda enunciação é performativa. Para Ottoni (1998), a visão performativa é o lugar de conflito no qual se rompem as fronteiras entre o que é linguístico e o que é filosófico.

Procuo pensar o Austin da visão performativa que funde os seus procedimentos filosóficos e suas técnicas de análise da linguagem ordinária. Esta fusão se reflete nesta visão performativa em que subjaz

uma nova concepção da linguagem, concepção incompatível com uma abordagem formalista, estritamente empiricista e cientificista da linguagem em que há uma cisão entre o sujeito e o objeto. Parto do princípio que faz parte desta visão a integração dos conceitos de performativo, ilocucionário e ato de fala na argumentação de Austin. Essa integração é o lugar do confronto e do questionamento dos procedimentos filosóficos e das técnicas de análise da linguagem ordinária, desfazendo assim a dicotomia sujeito e objeto e possibilitando emergir a ‘visão performativa da linguagem’ (OTTONI, 1998, p. 11-12).

Outra característica importante do pensamento austiniano é o que Ottoni identifica como a insolubilidade entre o sujeito e o objeto da linguagem.

O sujeito e objeto, para Austin, o eu e o não-eu, se fundem, passando ambos a fazer parte da significação. Ou seja, na visão performativa, o sujeito falante empírico se constitui como sujeito através do uptake, que, sendo o lugar do deslocamento da intencionalidade, subverte o papel centralizador e consciente deste sujeito (OTTONI, 1998, p. 13).

Com esta nova perspectiva, Austin questiona e interrompe a supremacia do positivismo lógico nos estudos de linguagem, fortalecendo o estudo da linguagem ordinária e introduzindo os conceitos de performativo, ilocucionário e atos de fala.

Na obra de Austin, o conceito de performativo leva ao desenvolvimento de outro, que possui tanto o caráter de desdobramento quanto o de complementação do primeiro: o conceito de ato de fala. Este é desmembrado em três partes, que se dão na forma de três atos simultâneos: o ato locucionário, o ato ilocucionário e o ato perlocucionário. O ato locucionário refere-se aos as-

pectos físicos da enunciação – a produção de um sentido por meio da articulação de certos sons, na forma de palavras organizadas em sentenças – e é o “lugar em que se dá a significação em sentido tradicional” (OTTONI, 1998, p. 35); o ato ilocucionário é o ato que se refere à realização da ação, através da enunciação, “sendo o ato ilocucionário o que possibilita fazer a distinção entre o dizer e o dito e sendo convencional por definição” (OTTONI, 1998, p. 35); e o ato perlocucionário, que produz um efeito, uma consequência sobre o interlocutor. Esta diferenciação de níveis dentro de um mesmo ato de fala permite perceber que há um deslocamento da referência quando se trata de definir o significado de uma ação: a referência já não se dá em uma relação direta com as coisas do mundo, podendo ser comprovada em termos de verdade ou falsidade, mas sim com base no contexto da enunciação e no caráter convencional que os performativos apresentam:

[...] a questão da referência é tratada de modo bastante diferente da noção mais tradicional que produz uma relação biunívoca entre linguagem e mundo [...] não há mais lugar para fazer uma distinção entre sentido e significado das palavras quando se trata da performatividade (OTTONI, 1998, p. 36).

Para Ottoni (1998), a superação da distinção entre o performativo e o constativo promovida por Austin cria uma nova visão de linguagem. “Esta visão produz, como já foi dito, uma virada brutal na questão da referência; ou seja, **verdade** e **falsidade** são conceitos que não terão mais um papel relevante nem prioritário nesta nova abordagem da linguagem [...]” (OTTONI, 1998, p. 37, grifo do autor). Segundo o autor, é a partir deste momento que se pode falar em uma visão performativa, em que o sujeito não se

desvincula do seu objeto de fala. As enunciações passam a ser vistas como atos de fala – que podem ser divididos em três dimensões: o locucionário, o ilocucionário e o perlocucionário – e surge um novo conceito, que se opõe ou, ao menos, traz novas considerações ao conceito de significado: o de força ilocucionária.

Mas onde se localiza esta força, capaz de produzir ação por meio do uso da língua e de garantir que esta “fala-ação” (OTTONI, 1998, p. 36) seja compreendida por aqueles que interagem em uma situação de comunicação? Austin explica que o ato de dizer, enunciar, “proferir determinada sentença com determinado sentido e referência” (AUSTIN, 1990, p. 95) é um ato locucionário. Estas locuções são tomadas como unidades completas de discurso, que podem ser subdivididas em três tipos de atos, que acontecem de forma concomitante, durante uma enunciação: o ato fonético, que diz respeito à emissão de certos ruídos; o ato fático, que diz respeito ao proferimento de certos vocábulos ou palavras, em uma estrutura adequada a uma língua ou contexto de enunciação; e o ato rético, que diz respeito à realização do ato de utilizar tais vocábulos, com um certo sentido e referência mais ou menos definidos.

Austin defende que quando e realizamos um ato locucionário, acabamos por realizar, também, um ato ilocucionário. Este é apresentado como a realização de um ato ao dizer algo, em oposição à realização de um ato de dizer algo. Como exemplos de ato ilocucionário temos o ato de perguntar ou responder a uma pergunta; dar alguma informação, garantia ou advertência; anunciar um veredicto ou uma intenção; pronunciar uma sentença; marcar um compromisso;

fazer um apelo ou uma crítica ou então uma descrição. Todo ato ilocucionário possui uma “força convencional” (AUSTIN, 1990, p. 95), que Austin chamou de ilocucionária, responsável pela realização da ação por meio do uso da linguagem. Na interpretação que Ottoni (1998) faz do texto de Austin, é também a força ilocucionária que permite o reconhecimento de um performativo.

[...] a questão da Os atos ilocucionários, que são convencionais, possibilitam a existência de enunciados performativos sem que seja possível identificar uma forma gramatical para eles; ou seja: são regras convencionais que dão condições para que tal enunciado em tal situação seja ou não performativo, realize ou não uma ação (OTTONI, 1998, p. 37).

O terceiro ato que compõe o ato de fala é o perlocucionário, que diz respeito aos efeitos que são produzidos em razão do proferimento de um ato de fala.

Com a doutrina das forças ilocucionárias, Austin busca entender a forma como se dão os usos de linguagem e as relações que existem entre as três dimensões que compõem este uso. “Quando realizamos um ato locucionário, utilizamos a fala. Mas de que maneira a estamos usando precisamente nesta ocasião?” (AUSTIN, 1990, p. 88). Uma das peças para o entendimento do que fazemos quando falamos, das forças envolvidas neste proferimento e dos efeitos que ele produz, é o momento de enunciação.

[...] há alguns anos começamos a perceber cada vez mais com mais clareza que a ocasião de um proferimento tem enorme importância, e que as palavras utilizadas têm de ser até certo ponto “explicadas” pelo “contexto” em que devem estar ou em que foram realmente faladas em uma troca linguística (AUSTIN, 1990, p. 89).

Para Ottoni (1998), o conceito de ilocucionário configura-se como um dos “estágios” da argumentação de Austin. “Há o **performativo** que é o fenômeno central, seguido de um desdobramento através do **ilocucionário** e, finalmente, o ato de fala total, como algo a ser desvendado” (OTTONI, 1998, p. 10, grifo do autor). A evolução conceitual dá a estes fenômenos a condição de interdependência: é impossível explicar um sem recorrer ao outro, o que, segundo Ottoni, inviabiliza o desenvolvimento de uma teoria específica dos atos de fala.

Análise pragmática dos relatos jornalísticos

A metodologia a ser utilizada em uma análise pragmática consiste na interpretação pessoal das “restrições e transgressões que integram o universo social do uso da linguagem de acordo com o nosso conhecimento dos usuários e suas crenças e das expectativas que decorrem deste conhecimento” (OLIVEIRA, 2010, p. 55). Não há, na pragmática, regras estritas para a leitura dos discursos. A disciplina está interessada na forma como os indivíduos usam as práticas cotidianas para criar a linguagem e estabelecer relações políticas, refutando a ideia de que a linguagem é um “sistema autônomo e pré-existente ao uso” (OLIVEIRA, 2010, p. 65). Para a pragmática, a resposta para todos os questionamentos acerca dos usos linguísticos está na dimensão política e na avaliação dos efeitos que estes usos têm sobre os falantes e a realidade em que estão inseridos. Desta forma, cabe ao pesquisador identificar o tipo de metodologia e técnicas de análise que melhor se adequam ao objeto de estudo e às finalidades da pesquisa.

O fazer jornalístico pode ser considerado uma “complexa ação de intermediações de fatos e valores onde se procura transmitir a ideia de cooperação entre o jornalista e o leitor, no que se refere aos sentidos/objetivos dos enunciados presentes nos diversos relatos” (OLIVEIRA, 1999, p. 87). Do jornalista cooperativo, espera-se que execute as suas atribuições de forma correta, precisa, exata, a fim de produzir um relato que carregue estas mesmas características – a estética do relato veraz (CHAPARRO, 2007). Do leitor cooperativo, espera-se que esteja consciente das convenções que envolvem a construção do relato jornalístico, capazes de transformá-lo em um ato de fala com força ilocucionária asseverativa e responsáveis pelo formato final que as notícias e reportagens adquirem nos diferentes meios de comunicação. Nas situações reais em que se dão os usos linguísticos e as interações comunicativas entre jornalista e leitor, no entanto, não há garantias de que o entendimento do texto jornalístico (ou de qualquer outro tipo de enunciação) e das intenções que ele carrega estará livre de falhas comunicacionais.

[...] o fato de o leitor cooperativo apreender a intencionalidade jornalística, ou seja, o ato de asseverar, afirmar com certeza, [...] não implica apreender a intenção comunicativa do jornalista, que pode ser diferente. Ou seja, é preciso entender, também, o que se quer dizer com o que se diz; como o jornalista queria que fosse entendido o que disse: como uma afirmação (de acordo com o ato próprio do periodismo)? Como uma promessa, uma ordem, uma declaração ou como uma expressão de um sentimento? (OLIVEIRA, 1999, p. 89).

Oliveira (1999) afirma que o estudo dos enunciados jornalísticos não pode ser tratado apenas no que concerne aos atos de

fala, “onde a situação abstrata permite compatibilizar as intenções de jornalistas e leitores sem maiores problemas” (OLIVEIRA, 1999, p. 89). Tais atos devem ser encarados como atos pragmáticos, um conceito mais amplo, que engloba não apenas as enunciações, mas também outros elementos presentes, como a intenção da enunciação ou até mesmo a ideia da cooperação. São assim chamados por estarem “alicerçados no uso real da linguagem” (MEY, 1993 apud OLIVEIRA, 1999, p. 89) e serem fortemente marcados pelo contexto em que foram realizados, livres de regras ou restrições de ordem sintática, semântica ou contextual. “A guinada em direção aos atos pragmáticos é uma tentativa de enquadrar as várias ‘intenções’ no universo real do uso e dos propósitos (com que fins) onde o interlocutor tem um papel ativo e as premissas da cooperação encaradas criticamente no espaço da convenção textual” (OLIVEIRA, 1999, p. 90).

Os atos pragmáticos são reveladores do tom que um texto assume, característica que está diretamente ligada aos propósitos deste texto.

Para a perspectiva pragmática que defendemos, tanto a produção como a recepção de textos, jornalísticos ou não, depende dos propósitos dos indivíduos envolvidos. No caso dos jornais, envolve muito mais pessoas do que apenas o repórter e o leitor. Há um processo de intermediações [sic] que transcende o processo de captação da notícia, a sua transcrição ou a sua representação. Isto quer dizer que o relato, o que foi escrito, não implica em um modelo de processo psicologicamente real que todo usuário deve seguir para alcançar a inferência correta. Não há um caminho direto para se alcançar a totalidade de propósitos abrangidos, e muito embora a apreensão da força ilocucionária aponte para a intenção comunicativa de quem es-

creve, isto não esgota o motivo condutor para a escolha deste ou daquele tom (OLIVEIRA, 1999, p. 91).

O motivo condutor para a escolha do tom é descrito por Oliveira (1999) como o conjunto de crenças e regras para ação dos indivíduos – abrange as expectativas, os anseios, os interesses, as reivindicações, os medos, atitudes em relação ao mundo, entre outros. Estas “pressuposições válidas” (OLIVEIRA, 1999, p. 91) irão permanecer implícitas ao longo dos relatos e auxiliam no entendimento do tom que os textos carregam.

O tom é um reflexo deste quase interminável processo de inter-mediações [sic] que cobre o fazer jornalístico, transformando o relato em um diálogo assimétrico, sempre sujeito a interrupções, lapsos, cortes, silêncios, hesitações, ambiguidades, intervenções, reações, rejeições, aversões (OLIVEIRA, 1999, p. 93).

O autor lembra que o trabalho jornalístico está submetido a diversas pressões e interesses. “Por trás de uma fachada aparentemente neutra, e a despeito de um status não-controverso para o ato de fala próprio do periodismo, verifica-se uma frequente submissão a potências que fazem prevalecer os seus propósitos específicos” (OLIVEIRA, 1999, p. 94). Assim, a análise pragmática dos textos jornalísticos deve se constituir como uma “macroperspectiva” sobre a atividade jornalística (OLIVEIRA, 1999, p. 99), em que o pesquisador questiona “o que fazem as notícias” em lugar de “o que são as notícias”, colocando a investigação em “termos políticos e morais” (OLIVEIRA, 1999, p. 102).

Mey (2000, p. 8, tradução nossa) assinala a importância do contexto em que se dá uma enunciação para a compreensão dos sentidos que assumem os usos linguísticos

realizados por um falante: “Perceber as condições em que uma obra foi produzida é menos que o essencial; como usuários, devemos tornar-nos conscientes do quanto o nosso entendimento se deve às capacidades e limitações de compreensão dadas pelas condições sociais sob as quais vivemos”. O contexto compreende não apenas o ambiente verbal, mas considera também o entorno mais amplo, as condições sob as quais a enunciação foi gerada.

[...] não é suficiente pedir uma explicação em termos de palavras ou expressões, unicamente; há que se considerar o “texto por trás do texto” ou as palavras que a sociedade, este “parceiro oculto de todas as conversações” (ver Mey, 1985), está resmungando em nossas costas, enquanto aparentemente falamos como “agentes linguísticos livres”, sem sermos observados ou monitorados (MEY, 2000, p. 7, tradução nossa).

O autor faz uma crítica às vertentes que tratam o usuário da língua como um agente autônomo. Tal acepção vai contra a concepção da linguagem como uma instituição social e também contra um dos principais axiomas da pragmática, segundo o qual nenhuma língua, nem mesmo o menor proferimento ou palavra, pode ser compreendida de forma isolada. “É o usuário e suas condições de produção e consumo de linguagem que, em última análise, determinam o modo como as suas palavras devem ser entendidas” (MEY, 2000, p. 7, tradução nossa).

Vozes e personagens que constituem o campo e o texto jornalístico

Para a formulação de um percurso metodológico apropriado para a análise pragmática dos usos de linguagem de jornalistas e fontes de informação nos relatos jor-

nalísticos, partimos das reflexões desenvolvidas por Mey (2000) sobre as vozes que compõem os textos literários, assumindo que os textos jornalísticos, assim como os primeiros, também são compostos por diferentes vozes. Encaramos o jornalista como um falante e também como um personagem-narrador, que desempenha papel central dentro de uma formação societal específica, que é o campo jornalístico. Dele resultam as notícias e reportagens, textos que não são formados unicamente pela voz do jornalista, mas também pelas vozes de outros falantes, que auxiliam na construção dos relatos sobre a realidade. “Uma voz pressupõe um papel [role] (cf. latim rotula) um personagem; portanto, uma atividade, uma ação” (MEY, 2001, p. 19).

Na concepção de Mey (2000, p. 7, tradução nossa), voz é aquilo que “permite que as pessoas falem”. Cada personagem tem uma voz a si atribuída, uma “expressão de um determinado conjunto de propriedades que eram exclusivos para este personagem e que não podiam ser impunemente transferidos para outros personagens, outras vozes”. O autor defende que, muitas vezes, estas vozes podem se chocar, misturando-se em uma narrativa: “uma voz que, de alguma forma, cai para fora do seu papel de personagem e faz uma bagunça de suas respostas, como um ator desajeitado no palco”. Existem muitas formas de se marcar a mudança de vozes em um texto. Muitas vezes, esta mudança é indicada pela citação das palavras de um personagem entre aspas, ou então pela introdução dos dizeres ou pensamentos deste personagem, no discurso indireto, com o auxílio dos verbos específicos para este fim. Em alguns casos, no entanto, a mudança de voz não se faz tão evidente. “[...] as mudanças de vozes são menos explícitas; às vezes,

elas estão completamente escondidas e somente podemos perceber a presença delas pelos seus efeitos em nós, leitores” (MEY, 2000, p. 173).

O choque de vozes é causado pela falta de consistência interna de um texto ou então por situações externas, que acarretam mudanças na forma como o leitor o compreende, em especial as relações que se dão entre os personagens de uma narrativa (inclusive aí o narrador) e as relações que se estabelecem entre as suas vozes.

Um choque de voz ocorre sempre que as vozes não combinam: ou o personagem e a voz que é atribuída e ele estão fora de sincronia, ou duas ou mais das vozes ouvidas na história são percebidas como desarmônicas. Tal dissonância pode ser devida a fatores internos, como quando o personagem fala “fora de ordem”, por assim dizer (a voz não é apropriada para o personagem por uma série de razões); **alternativamente**, o confronto pode ser devido a circunstâncias externas, tais como quando o personagem fala fora de hora, de modo que o leitor ou é incapaz de determinar a voz que está sendo ouvida ou talvez esteja ouvindo uma voz completamente errada. Finalmente, há os casos em que um personagem (na maioria das vezes o narrador) ultrapassa os limites atribuídos, está “fora do lugar”, como quando começa a falar em um tipo de voz pertencente a um ‘personagem da história’. Neste caso, o narrador, representando o autor, pode realmente invadir a cena para tomar parte na ação; como alternativa, ele pode inserir sua própria ‘persona’ de formas mais insidiosas (MEY, 2000, p. 189-190, grifo do autor, tradução nossa).

O texto jornalístico segue regras bastante restritas quanto à sua redação, especialmente nos meios tradicionais, como é o jornalismo impresso diário. Comumente, as diferentes vozes do jornalista e das fontes de

informação ocupam espaços muito bem delimitados em uma notícia ou reportagem. Ao jornalista, cabe ser a voz do personagem-narrador, que estrutura e dá linearidade à narrativa jornalística e tem como função primeira situar o leitor sobre o que se fala, trazendo as principais informações sobre o fato. Às fontes de informação cabe o papel de personagem, que traz o relato testemunhal, informações qualificadas, interpretações ou até mesmo opiniões sobre o assunto do qual se fala. Tanto a voz do jornalista quanto a voz da fonte de informação estão muito bem demarcadas, seja pelas características gramaticais e de estilo da enunciação construída pela voz do jornalista (narração em terceira pessoa, no tempo presente, que respeita a norma padrão da língua portuguesa), seja pela forma como a voz da fonte de informação é apresentada ao público – entre aspas e acompanhadas de um verbo dicendi.

As classes de verbos e forças ilocucionárias de Austin e o relato jornalístico

Austin (1990) propõe a construção de cinco classes de verbos ilocucionários, sendo que os verbos de cada classe compartilham uma força ilocucionária semelhante, capaz de realizar ações e produzir efeitos quando utilizados pelos falantes. No entanto, o próprio autor questiona a validade desta classificação e aponta sua incompletude, dando a entender que os limites entre as categorias não são tão rígidos quanto se espera de uma taxonomia no campo científico. “[...] há famílias mais gerais de atos de fala relacionadas e sobrepostas parcialmente [...]” (AUSTIN, 1990, p. 122). Rajagopalan (2010b) afirma que o próprio ato ilocucionário carrega características que impedem que sejam criadas classificações. “[...] considerar a possibilidade de os atos se agruparem em

‘famílias’ é admitir que o máximo que se pode afirmar é uma vaga semelhança entre certos elementos do conjunto [...] subvertendo, dessa forma, qualquer esforço taxonômico mais criterioso e definitivo” (RAJAGOPALAN, 2010b, p. 60).

Dito isto, esclarecemos que não procuramos criar uma nova classificação de verbos ou forças ilocucionárias, tampouco utilizar as classes de verbos ilocucionários descritas por Austin (1990) como o único instrumento de análise, limitando o esforço reflexivo à identificação das forças ilocucionárias presentes nos relatos jornalísticos. Entendemos que toda enunciação realizada por uma voz no relato jornalístico é uma ação, e como ação, possui uma força, que pode ou não corresponder àquelas descritas pelo filósofo inglês. Assim, as reflexões sobre as classes de verbos ilocucionários de Austin (1990) constituem-se como um argumento-instrumento, uma ferramenta a mais, que auxilia na interpretação e na compreensão dos textos jornalísticos, como mostraremos adiante.

Atos de fala com força ilocucionária veriditiva

Nas palavras de Austin (1990), os atos de fala com força ilocucionária veriditiva consistem em

emitir um juízo, oficial ou extra-oficial, sobre evidências ou razões quanto ao valor ou ao fato, na medida em que estes são passíveis de distinção. [...] os veriditivos têm conexões óbvias com a verdade e falsidade com relação ao fundamento ou falta de fundamento, à justiça ou injustiça (AUSTIN, 1990, p. 124).

É consenso entre profissionais e acadêmicos do campo jornalístico que, em teoria, um bom texto jornalístico está isento de

juízos de valor. Ao jornalista, cabe relatar fatos e aspectos da realidade, a fim de dar condições para que o leitor possa, a partir do texto, criar as suas próprias inferências e conclusões sobre o acontecimento. Isso, no entanto, mostra-se como uma visão romantizada sobre o fazer jornalístico. Mesmo que não de uma forma direta, o jornalista pode, em certos momentos, emitir juízos, apreciações, constatações, interpretações, entre outros, que vão se constituir como um ato de fala com força ilocucionária veriditativa. Quanto às enunciações nas vozes das fontes de informação, é possível afirmar que este é o tipo preferencial de ato de fala realizado por elas, até mesmo porque elas são procuradas pelos jornalistas para realizar este tipo de ação: avaliações sobre os fatos, análises sobre conjunturas, opiniões sobre todo e qualquer assunto.

Atos de fala com forças ilocucionárias exercitivas

Um ato de fala com força ilocucionária exercitiva consiste em tomar uma decisão a favor ou contra um determinado curso da ação e advogá-la. “É decidir que algo tem de ser de determinada maneira, em oposição a julgar que tal coisa é assim. É advogar que seja assim, em oposição a uma estimativa que seja assim” (AUSTIN, 1990, p. 126). Austin caracteriza este como um ato de fala muito presente em atos legislativos e executivos, como a execução da sentença emitida por um juiz (em oposição ao veredito emanado por ele), nomeações de funcionários ou empregados, petições, admissões e pedidos de demissão. Parece pouco provável que possamos encontrá-lo no texto jornalístico, mas eles podem se fazer presentes quando, por meio de suas enunciações, jornalistas e fontes de informação dão ordens, aconselhamentos,

orientações, recomendações, indicações; defendem um ponto de vista, situação ou pessoa; falam em nome de outrem, suplicando ou rogando por ele; fazem pedidos, escolhas, reclamações ou anúncios; invalidam, revogam ou anulam determinadas situações ou posições; entre outros.

Atos de fala com forças ilocucionárias comissivas

Um ato de fala com força ilocucionária comissiva é aquele que compromete o enunciador a uma determinada linha de ação, que faz com que ele assuma um compromisso. Austin (1990, p. 128) faz uma distinção entre estes atos de fala e as declarações de intenção. “Da mesma forma que distinguimos entre instar e ordenar, também distinguimos entre ter a intenção e prometer [...] Em um caso extremo, posso, simplesmente, declarar que tenho uma intenção, mas também posso declarar ou expressar ou anunciar minha intenção ou resolução”. No texto jornalístico, estas ações podem ser verificadas quando jornalistas e fontes, por meio de suas enunciações, fazem promessas; compactuam com uma posição, ideia ou pessoa; se comprometem a realizar algo; manifestam intenções ou propósitos; fazem planos para o futuro, juras ou apostas; tomam partido, defendem ou abraçam uma causa; demonstram sua oposição ou apoio a uma causa, fato, ideia ou pessoa, entre outros.

Atos de fala com forças ilocucionárias comportamentais

Os atos ilocucionários comportamentais expressam a “reação diante da conduta e da sorte dos demais, e de atitudes e expressões de atitudes diante da conduta passada ou iminente do próximo” (AUS-

TIN, 1990, p. 129). Austin nos alerta, no entanto, sobre a diferença entre a realização destes atos e a ação de descrevê-los ou expressá-los. “Existem conexões óbvias entre declarar e descrever quais são nossos sentimentos, e também expressá-los, no sentido de dar-lhes uma válvula de escape, embora os comportamentais sejam distintos de ambas as coisas” (AUSTIN, 1990, p. 129). No texto jornalístico, podemos identificá-los como quando são realizadas enunciações no sentido de realizar um pedido de desculpas ou de agradecimento; expressar solidariedade; mostrar-se ofendido; demonstrar menosprezo; prestar tributo; realizar críticas, queixas; expressar desejos, entre outros.

Atos de fala com forças ilocucionárias expositivas

De acordo com Austin, os atos de fala expositivos “consistem em expressar opiniões, conduzir debates e esclarecer usos e referências” (AUSTIN, 1990, p. 130). No entanto, o próprio idealizador desta categoria não se mostra seguro quanto à sua constituição.

Já dissemos repetidas vezes que estamos abertos a discussão quanto a estes atos serem tanto veriditivos, exercitativos, comportamentais, quanto comissivos [...]. Podemos discutir também se não são descrições simples e diretas de nossos sentimentos, práticas, etc., especialmente em relação a situações em que se trata de ajustar a palavra à ação [...] (AUSTIN, 1990, p.130).

Estes parecem ser os tipos de atos ilocucionários mais comuns na linguagem jornalística. Talvez porque estejam ligados à característica de apoiar o desenvolvimento de uma argumentação, a exposição de novas ideias e fatos em uma enunciação, até mes-

mo a introdução de novas vozes dentro de um texto como o jornalístico. De certa forma, parece ser o “ato ilocucionário primeiro” da enunciação jornalística, aquele que o jornalista faz ao iniciar um lead ou um novo parágrafo. Realiza as ações de afirmar, declarar, descrever, classificar, identificar, mencionar, informar, responder, dar testemunho, deduzir, argumentar, interpretar, analisar. De certa forma, a utilização dos verbos dicendi são também um ato de fala expositivo, pois eles nos dizem de que forma aquela enunciação se encaixa na narrativa jornalística e esclarecem como devemos interpretá-las.

Considerações finais

Neste trabalho, apresentamos o percurso teórico e metodológico trilhado para a realização de uma análise pragmática dos textos jornalísticos. A metodologia descrita neste artigo faz parte de um estudo mais amplo, que se dedicou a observar os relatos jornalísticos sobre o Instituto Federal do Paraná (IFPR) produzidos e veiculados pelo jornal Gazeta do Povo entre os anos de 2008 e 2014 (MAIA, 2016). A abordagem teórico-metodológica que aqui descrevemos consiste na identificação das forças ilocucionárias contidas nos atos de fala realizados pelas vozes de jornalistas e fontes de informação para a compreensão das ações que realizam por meio do uso da linguagem. Se observados a partir dos contextos sociais em que foram realizados, esses usos podem ser reveladores da intenção comunicativa dos atos de fala realizados por jornalistas e fontes de informação, bem como dos propósitos, crenças e valores que carregam e do tom assumido pelos textos jornalísticos.

Não existe, na pragmática, uma metodologia específica ou então regras a serem

seguidas para a leitura e análise interpretativa dos usos linguísticos. Cabe ao pesquisador definir a melhor forma de estudar o objeto de pesquisa de sua escolha. Com o desenvolvimento do percurso metodológico que descrevemos neste artigo, pudemos compreender que, em uma análise pragmática, a resposta a todos os questionamentos encontra-se na avaliação dos efeitos que os usos de linguagem têm sobre os falantes e a realidade em que estão inseridos. Os usos da linguagem são uma ação social e, como tal, estão intimamente ligados ao contexto em que foram realizados, influenciando-o e, também, encontrando nele o respaldo necessário para que sejam compreendidos pelos falantes.

Pudemos constatar, também, que os pesquisadores interessados em compreender as ações realizadas por jornalistas e fontes de informação fazem uma interpretação pessoal dos textos jornalísticos e das vozes nele presentes, como pesquisadores-leitores. Esta interpretação tem como norte as pistas e condições dadas pelo contexto mais amplo em que estamos inseridos e em que as enunciações jornalísticas foram produzidas, para então se chegar à compreensão das ações realizadas pelas vozes de jornalistas e fontes de informação, bem como das crenças e valores que expressam.

Referências

- AUSTIN, J. L. **Quando dizer é fazer: palavras e ação**. Trad. Danilo Marcondes de Sousa Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- CHAPARRO, M. C. **Pragmática do Jornalismo: buscas práticas para uma teoria da ação jornalística**. 3. ed. rev. São Paulo: Summus Editorial, 2007.
- LOXLEY, J. *Performativity*. Oxon: Routledge, 2007.
- MAIA, N. L. **Os (rel)atos jornalísticos sobre o Instituto Federal do Paraná nas páginas da Gazeta do Povo: uma análise pragmática**. 132f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Setor de Artes, Comunicação e Design, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.
- MEY, J. **Vozes da sociedade: seminários de pragmática**. Trad. Ana Cristina de Aguiar. Campinas: Mercado das Letras, 2001.
- _____. *When voices clash - a study in literary pragmatics*. Berlin; New York: Mouton de Gruyter, 2000. (pp. 3-12; 172-229).
- _____. *Pragmatics – an introduction*. Massachusetts: Cambridge, 1993.
- OLIVEIRA, J. A. **Pragmática e Comunicação**. *Linguagem em Foco*, v. 2, n. 2, 2010. (pp. 53-67)
- _____. **As dimensões pragmáticas da cooperação jornalística**. 197 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

OTTONI, P. R. **Visão performativa da linguagem**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.

RAJAGOPALAN, K. Aspectos sociais da pragmática. In: RAJAGOPALAN, K. **Nova pragmática – fazes e feições de um fazer**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

_____. A irredutibilidade do ato ilocucionário como fator inibidor do êxito das tentativas taxonômicas. In: RAJAGOPALAN, K. **Nova pragmática – fazes e feições de um fazer**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010b.

_____. O Austin do qual a linguística não tomou conhecimento e a linguística com a qual Austin sonhou. In: **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, Unicamp, v. 30, 1996. (pp. 105-116)

_____. A pesquisa política e socialmente compromissada em pragmática. In: SILVA, D. N.; FERREIRA, D. M. M.; ALENCAR, C. N. (Orgs). **Nova pragmática – modos de fazer**. São Paulo: Cortez, 2014. (*E-book*).